

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA

Douglas Pastrello

Mestrando em História política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá-PR

RESUMO: O presente trabalho busca elucidar os momentos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial no Japão. Após a rendição incondicional do Japão que decretou o fim da guerra, a cultura da honra japonesa, foi colocada em xeque. O historiador Yoshikuni Igarashi(2011) aponta que a aproximação entre EUA-Japão foi estratégica, e já datava de antes do encerramento do conflito, uma vez que o governo americano fez uso de uma antropóloga para compreender melhor o povo japonês antes do fim da guerra(BENEDICT,1997), visando a necessidade de uma aproximação entre os dois governos no pós guerra. Igarashi afirma ainda que a ocupação americana teria tido um caráter simbólico, desde os encontros entre o general Douglas MacArthur e o Imperador Hirohito, até a elaboração da nova constituição japonesa em 1947. A elaboração da constituição japonesa teria ocorrido devido à relutância dos japoneses em abandonar sua constituição *Meiji*, ao passo que se cria uma estratégia para isentar o Imperador de seus “crimes de guerra” e moldar um aliado próximo ao Leste soviético.

PALAVRAS-CHAVE: pós-guerra, constituição japonesa, ocupação americana.

ABSTRACT: The present paper aims to elucidate the moments after the Second World War in Japan. After the unconditional surrender which ends the war, the Japanese honor tradition was put in hold. The historian Yoshikuni Igarashi(2011) shows that the approximation between the USA-Japan was strategic and it was started before the end of the war(BENEDICT,1997), aiming the need of a close relation between the governments of the United States and Japan. Igarashi also affirms that the American occupation had a symbolic feature, since the encounters of the Emperor Hirohito and General Douglas MacArthur up until the elaboration of the new constitution in 1947. The new constitution had occurred because of the Japanese reluctance in abandon the *Meiji* constitution, while there is a creation of a strategy to acquit the Emperor from his “war crimes” and shape a new ally in the soviet east. **KEYWORDS:** post-war, japanese constitution, american occupation.

1 | INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial teve como grande marco o uso dos artefatos

atômicos de Hiroshima e Nagasaki, estes que por sua vez moldaram não só o desfecho do conflito, considerado prematuro, para as estimativas de guerra americanas que esperavam – sem a bomba atômica – uma guerra ainda mais extensa, como também foram responsáveis por moldar a relação Estados Unidos-Japão no que viria ser a Guerra Fria.

Essa relação começa de imediato com o fim da guerra, o Japão tem seu território ocupado pelas tropas aliadas – lideradas pelo general Douglas MacArthur – assim o povo japonês ganha um recomeço sob a tutela das asas da grande águia.

É importante considerar que há três aspectos para compreender o Japão neste momento que sucede o conflito. Essa divisão, embora arbitrária reflete o período estudado da seguinte maneira, primeiro entender como se dá essa aproximação entre Japão e os EUA, segundo compreender o papel que o general Douglas MacArthur tem na ocupação e por fim denotar como há uma grande distância do Japão para consigo mesmo com a nova constituição elaborada sob influência direta dos EUA.

2 | A APROXIMAÇÃO E A DOMESTICAÇÃO DO “ESPIRITO SAMURAI”

Ruth Benedict foi uma antropóloga norte-americana que a pedido do governo estadunidense, em 1945, faz um trabalho antropológico para compreender o povo nipônico. Este trabalho foi lançado como o livro “O crisântemo e a espada” (1997) e reflete em seu próprio título a dualidade da cultura japonesa, de um lado há uma cultura da honra que valoriza ao máximo um espírito guerreiro, baseado no código samurai do *bushido* e por outro há um povo simples e recheado de empatia.

No momento que se antecede o fim da guerra é com a “espada” que os norte-americanos lidam, a fúria japonesa e a conduta de buscar a vitória a todo custo, ou pelo menos a “não-derrota” faz com que cada plano de ataque contra os japoneses tenha de ser pensados duas vezes.

Benedict traça um paralelo entre os ianques e os nipônicos quase que de forma maniqueísta, há um grande abismo entre os dois e são extremos opostos, ela visa também demonstrar como há um grande misticismo em volta da questão da honra japonesa, algo que Yoshikuni Igarashi(2011) ressalta como uma “cultura do corpo”, que aos olhos do Império Japonês os corpos japoneses deveriam estar todos a serviço de sua pátria a todo momento.

Entre os relatos podemos destacar um que Benedict traz em seu livro,

A razão oficial da condecoração não foi por ter o comandante John S. McCain sido capaz de pôr sido capaz de pôr os japoneses em fuga, embora não compreendamos por que, já que a comunicação de Nimitz assim revelou... Pois bem, a razão da condecoração do almirante McCain foi por ele ter conseguido salvar dois navios de guerra americanos.[...]o que desejamos que notem é que o salvamento de dois navios avariados é motivo para condecoração nos Estados Unidos(BENEDICT, 1997. P.37)

Este relato teria sido veiculado em uma rádio japonesa, nele fica visível a diferença da cultura militar norte-americana e japonesa: aos olhos dos altos oficiais nipônicos era incompreensível que um almirante recuasse da batalha, e mais indigno ainda que ele fosse condecorado por ter recuado e salvo duas “carcaças”, do ponto de vista japonês viver sem ter dado o impossível pela sua nação era uma vergonha muito pior do que morrer em combate.

Essa cultura da honra atinge todos os corpos japoneses, Yoshikuni Igarashi em seu livro “Corpos da memória”(2011) demonstra que no período de guerra havia uma necessidade de controle dos corpos físicos japoneses, de treiná-los constantemente. A lealdade viria do sucesso do treinamento físico, sendo eles nos campos militares preparatórios a serviço da guerra, ou nos exames de “rotina” anuais que os japoneses eram obrigados a participar.

Inclusive, Ruth Benedict(1997) comenta alguns episódios e lendas em que é possível analisar essa tradição do corpo. Como exemplo, ela narra contos do “espírito” japonês que eram transmitidos via rádio para a população, com o intuito de aumentar o ufanismo nipônico:

Terminados os combates aéreos, os aviões japoneses regressaram à sua base em pequenas formações de três ou quatro. Num dos primeiros aparelhos, achava-se um capitão. Apeando-se, examinou o céu por meio de binóculo. Enquanto seus homens retornavam, ele contava. Parecia bastante pálido, porém, muito firme. Após o regresso do último avião, dirigiu-se ao quartel general, onde fez um relatório encaminhando-o ao Oficial comandante. Logo em seguida, porém, tombou súbito ao solo. Os oficiais no local acorreram-lhe em auxílio, mas ele já estava morto. Examinando-lhe o corpo, descobriu-se que já estava frio, com ferimento à bala de consequências fatais. É impossível encontrar-se frio o corpo e uma pessoa recentemente morta. Entretanto, o corpo do capitão morto estava frio como gelo. Há muito que ele estava morto, fora seu espírito que fizera o relatório. Um fato tão miraculoso deve-se sem dúvida ao rigoroso senso de responsabilidade do capitão morto. (BENEDICT,1997. p.29)

A ênfase de que o soldado nipônico já estaria morto é dada diversas vezes, a fim de estabelecer um compromisso do ouvinte com o “espírito” japonês. Esse espírito pode ser facilmente interpretado como o corpo a serviço do Japão/Imperador. Essa lógica também era empregada aos *kamikazes* com o lema “contrapor nosso treinamento ao número deles, nossa carne ao seu aço” (BENEDICT,1997).

A propaganda japonesa não cedeu em nenhum momento. Mesmo quando os bombardeios estavam prestes a cair em suas cabeças na ilha do Japão, haveria em resposta “que já seria esperado e planejado” (BENEDICT,1997). A honra nipônica era lutar até a morte, se arremessar no inimigo com uma granada e atacá-lo desarmado se preciso, nunca se render e, em últimos casos, cometer a máxima da honra, o *hara-kiri* – ou o suicídio pela honra.

Esta cultura pela honra neste período não foi espontânea, de acordo com Célia Sakurai(2011), ela teria sido moldada deliberadamente após a instauração do Imperador divino do século XIX, com a constituição Meiji de 1890, partindo da ideia de que era necessário aproximar o ideal do Estado com o povo, fazendo uso da figura do

samurai, um guerreiro que lutava sempre pelo seu senhor e mesmo quando imerso em um grande grupo poderia se destacar através de sua coragem, lealdade e auto sacrifício.

Em correlação podemos perceber que a propaganda americana, frequentemente representando os japoneses como macacos (PURDY.2018), trabalha sua crítica também exatamente em cima desses mesmos valores exaltados pelo seu inimigo, desta forma fica claro que – como afirmado pela antropóloga – o Japão e os Estados Unidos tinham valores totalmente incompatíveis, vistos como água e óleo, extremos opostos, mergulhados em um conflito maniqueísta do “bem” contra o mal”

Desta forma o Japão anterior ao fim da guerra seria como a propaganda americana e o próprio aparato militar do tio Sam representavam seu inimigo: sempre no extremo oposto do americano, considerado uma entidade maligna suprema e oposta a todos os valores do sonho americano, que em contrapartida teríamos o outro Japão, um país fragilizado que emergiu com o fim do conflito.

É de suma importância entender que, como afirma o historiador Igarashi, a fonte que exalam essas memórias do conflito, são não necessariamente os japoneses em si, mas sim seus corpos que sofreram física e mentalmente na coerção do Estado militar, seja sob os castigos físicos aplicados neles, seja como a narrativa da honra afetando moralmente suas vidas.

Podemos identificar no relato do fotógrafo Kikujiro Fukushima, que havia muita rigidez quanto à seriedade de treinamento desse corpo nacional: “[...] contudo os poucos soldados que foram devagar nas ações e memorizações continuaram sendo punidos (como tinha acontecido desde começo do treinamento) [...]” (FUKUSHIMA, 1987 apud IGARASHI, 2011, p. 132)

Há também o relato da jornalista Totsuka que trabalhava como editora de revistas, ela participou de uma “festa selvagem” - algo que o autor explica como uma festa com muitas bebidas e jazz - mostrando claramente sua posição ao utilizar batom e vestido vermelho, itens de luxo que estavam proibidos nos tempos de guerra.

Esses relatos demonstram não só como havia um estrito padrão moral, militar, rígido, como também demonstra que durante o conflito, certos bens de consumo eram vistos como artigos de luxo – e até luxúria - estavam banidos, sendo considerados ilegais. Ressalta-se aqui, brevemente, que embora esses artefatos fossem proibidos pelo governo, demonstra que havia certo contato com o mundo exterior, se considerarmos que no relato de Fumiko já havia o Jazz e a bebida no imediato da rendição, uma vez que não haveria tempo hábil para se adquirir algo que era ilegal até o dia anterior, através de um meio legalizado e utiliza-lo no mesmo momento.

O fim do conflito, demarca, assim, uma aproximação entre os EUA-Japão, está que é tida, pelo historiador japonês, como estratégica. O governo norte-americano via o Japão como uma luz no fim do túnel no oriente dominado pelos soviéticos.

Começaria, assim, o que Igarashi denomina como narrativa de coerção, um processo político pré-elaborado, executado por MacArthur, de utilizar-se da figura

do Imperador japonês como intermédio entre as aspirações políticas dos ianques e a população civil nipônica – o “Japão depois da guerra”. Esse processo isentaria o Imperador dos crimes de guerra, fazendo com que recaia a culpa do conflito somente pelos militares, desta forma seria mantido o regime Imperial e o líder japonês seria visto como o fator unificador da população destrozada pelo conflito.

MacArthur mergulha de cabeça em solo americano, visando reafirmar os valores ianques em solo japonês, seus relatos são a principal fonte para entendermos o período, seus relatos carregam um enorme simbolismo e também contribuem para a construção de uma narrativa deliberadamente forjada, em narrativas tais como:

Ele estava nervoso e o stress dos meses passados ficou plenamente visível. Eu dispensei todo mundo menos o intérprete dele, e nós nos sentamos diante da lareira de uma das extremidades do imenso salão de recepção. Eu lhe ofereci um cigarro americano que ele aceitou com gratidão. Eu notei como as mãos dele tremiam enquanto acendia o cigarro para ele. Eu tentei tornar aquilo, o quanto pude, o mais fácil possível para ele, mas eu sabia o quão profunda e aterradora poderia ser a agonia da humilhação dele. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI,2011, p. 82)

Essa narrativa vai sendo elaborada por MacArthur em suas memórias autobiográficas, é contestada por Igarashi(2011), a exemplo de que, segundo o historiador, Hirohito era extremamente conhecido por sua aversão ao fumo, tornando essa cena, que aos olhos do senso comum e da lógica da narrativa moldada, uma situação corriqueira, que todavia, seria uma cena improvável.

Esses discursos servem para notar como a narrativa de coerção foi sendo construída pelos norte-americanos nesse pós-guerra, visando negar a participação do Imperador na guerra do Pacífico ao mesmo tempo em que quer colocá-lo como uma personagem ativa no fim da guerra: suas condições, seus encontros, suas decisões. Essa atividade pode ser simbolicamente notada ao ser comunicado a rendição pelo rádio, em que, pela primeira vez, foi escutada a voz do Imperador nesse meio de comunicação, um evento altamente carregado de signos transformados e novos sendo construídos, tais como o Imperador se comunicando “pessoalmente” com seu povo e a notícia - chocante - de rendição (IGARASHI,2011).

Essa nova visão do imperador contrapõe drasticamente seu antigo papel de divindade na sociedade nipônica. A mais alta honra para um japonês, no período que antecede o fim da guerra, seria ver seu grande Imperador. Apenas algumas pessoas escolhidas a dedo para os mais altos cargos políticos poderiam ter algum tipo de contato com o Imperador. O imperador passa de divindade a humano, de recluso a humanitário.

Mesmo que improvável, levemos em conta que essa narrativa busca, não só demonstrar uma superioridade dos americanos frente ao japonês, representados por Hirohito, como também servir como a narrativa oficial deste momento conturbado.

Em paralelo forja-se outra narrativa, a de que a ocupação não teria sido como o esperado, os japoneses ficam surpresos ao verem os americanos distribuindo

doces entre as crianças e ao entrarem nos “centros de relaxamento”, criados pelas autoridades japoneses, se contentam apenas em levar os quimonos das mulheres, sem, na maioria das vezes, necessariamente utilizar do “tratamento de relaxamento” disponível.

Esta visão é colaborada também nos escritos de Benedict. Um clima de paz e tranquilidade finalmente chega à terra do sol nascente, o conflito estava acabado e o que interessava no momento era a reconstrução do Estado e da sociedade japonesa.

Nota-se que neste momento há forte influência norte-americana na cultura dos japoneses, surgem novos “cabarés” de música e dança, moldados ao estilo dos clubes americanos. Isto fica visível no filme “Um domingo maravilhoso” (1947) do diretor japonês Akira Kurosawa. No filme se retratam diversos elementos da época da ocupação. Destaca-se, claro, os problemas econômicos do período (CANBY,1982), assim como os traços da cultura norte-americana: bares – cabarés – aos moldes ocidentais, Jazz, dança e até mesmo crianças jogando baseball.

Ironicamente o próprio filme é um objeto de contestação dessa “política amigável” descrita por MacArthur, que em certa medida também aparece na narrativa de Benedict e Igarashi, ao considerarmos que foi produzido em 1947 e foi barrado na censura imposta pelos americanos, por demonstrar “uma realidade que não condizia com os novos valores democráticos (NOVIELLI,2007) – leia-se, uma abordagem mais crítica em relação ao período da ocupação. O supremo comandante das forças aliadas Douglas MacArthur, ou SCAP (Abreviação do termo original em inglês: *Supreme Commander for the Allied powers.*), como apontado por Sean Purdy (2018), detinha um excelente conhecimento de mídia e propaganda, apontado como um militar-político, sempre trabalhando pela sua imagem, cada linha de sua narrativa era deliberadamente pensada e calculada à espera de um resultado específico.

A ocupação é cheia de controvérsias e paradoxos, entre eles temos o fato de no início da ocupação os prisioneiros políticos do Japão são libertados, entre eles adeptos do movimento comunista nipônico. O Partido Comunista, pela primeira vez na história do Japão, foi colocado na legalidade, porém, anos depois com a derrota de MacArthur nas preliminares do partido republicano, o general cede a uma guinada da Guerra Fria e novamente o partido é colocado na ilegalidade e seus membros perseguidos, assim como diversos direitos trabalhistas expurgados.

A narrativa oficial também prega que a ocupação era amigável e que os soldados americanos não abusavam das mulheres, eram cordiais e simpáticos, até preferíveis em relação aos homens japoneses; que os soldados jogavam beisebol com as crianças, distribuía doces. Somado tudo, como apontado pela narrativa, demonstrava que a ocupação era mais amena do que se esperava, diriam até que pacífica.

Os fatos demonstram, que o estupro era crime recorrente – e acobertado - na ocupação, tendo crescido após a proibição da prostituição, em 1946, sob a alegação de os soldados estariam contraindo muitas doenças sexuais (PURDY,2018). Paradoxalmente se deu liberdade de imprensa para se criticar a estrutura de governo

japonesa, algo que era estritamente vedado e culminava em perseguição nos anos anteriores, ao passo que a imprensa era impedida de divulgar qualquer notícia que soasse mal em respeito a ocupação, a mídia tinha que passar pelo crivo e censura do SCAP.

Sean Purdy aponta, também, era comum a violência das tropas americanas com os cidadãos japoneses, casos eram abafados e somente punidos caso fossem mais extremos, “refletindo o profundo racismo nos Estados Unidos e nas forças armadas, somente afro-americanos receberam a pena de morte” (SVOBODA, apud PURDY, P.119. 2018).

Tudo somado ao dado que de os japoneses não foram beneficiados em ponto algum pelo “Plano Marshall” e pagaram por todos os gastos da ocupação.

3 | A CONSTITUIÇÃO MACARTHUR E SUAS CARACTERÍSTICAS

A esfera de influência dos Estados Unidos não se restringe aos bens e a cultura japonesa, ela permeia pela política. Durante a ocupação liderada pelo general Douglas MacArthur, o general possuía a palavra final em todas as questões. MacArthur fica, também, responsável por julgar os crimes de guerra dos oficiais japoneses, gerindo inclusive a parcela de culpa do Imperador na guerra e se ele deveria ser responsabilizado.

Como dito anteriormente, MacArthur deliberadamente cria uma narrativa para isentar o Imperador dos crimes de guerra pelos quais foi acusado, cita inclusive uma lista dos “criminosos de guerra” encabeçada pelo Imperador. Esta lista, entretanto, segundo Igarashi, jamais existiu, embora isso não consiga tirar o caráter simbólico da narrativa feita por MacArthur:

Eu me sentia receoso de que ele poderia advogar por causa própria contra o indiciamento de criminoso de guerra. Tinha ocorrido um considerável alarido de alguns Aliados, especialmente os russos e britânicos, para incluí-lo nesta categoria. De fato, a lista inicial dos que foram propostas por eles, estava encabeçada pelo nome do Imperador. Percebendo as consequências trágicas que se seguiriam a tal ação injusta, Eu resisti, vigorosamente a tais esforços. Quando parecia que Washington iria aderir ao ponto de vista britânico, eu alertei que eu iria precisar de pelo menos, um milhão de reforços para tal medida pudesse ser cumprida. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI, 2011, p. 84)

Mac Arthur se coloca como agente ativo na elaboração dos termos de rendição e no ato de lidar como Imperador, ele busca deixar claro que seus protestos e suas ações fizeram a história correr o curso que correu. O caráter simbólico da narrativa toma proporções ainda maiores quando consideramos a nova constituição japonesa:

O general Whitney sentou de costas para o Sol, proporcionando a melhor luz para os semblantes dos japoneses presentes que se sentaram em frente a ele... General Whitney sufocou, de uma vez, qualquer discussão sobre o esboço de Matsumoto dizendo vagarosamente e ponderando cada palavra(...) (TAKAYANAGI, 1972 apud IGARASHI, 2011, p. 95.)

O simbólico entra em vários níveis, desde o General(Whitney era um dos chefes da seção governamental do quartel general americano) sentar de costas para o Sol ao ser enfático e pontual na crítica e “ponderar cada palavra”, porém isso não muda o fato de que mesmo sendo uma narrativa simbólica, é notório que os norte-americanos tiveram a palavra final na constituição japonesa, sendo inclusive uma das maiores influências dos norte-americanos no Japão durante a ocupação.

A constituição japonesa foi elaborada durante a ocupação americana, foi moldada pelos interventores e está em vigor até o presente. Quando comparada a outras constituições como a Americana ou Brasileira, a humilde constituição dos japoneses se ofusca, possui apenas 9 páginas, porém sem nenhum demérito de sua força, pois mesmo em vigor desde 1947 ela ainda não teria sofrido emenda alguma para alterar seu núcleo central, o que a torna extremamente resistente.

Toshuyuki Nishikawa (2009) coloca o cerne da ocupação americana em três “Des” – democracia, desmilitarização e a descentralização do Japão – todos os objetivos tendo sido alcançados através dos artigos 1, 9 e 3, respectivamente.

Akihiko Kijima(2009) argumenta que a constituição nipônica é fruto de três coisas: da Pax Americana, da adesão do Japão à Pax Americana, mantendo a ordem imperial, e do apoio popular ao artigo 9.

Primeiramente da Pax Americana, em outras palavras, a adesão do Japão à zona de influência do Império americano. Isto, segundo Kijima, teria sido feito aos moldes de democratizar o Japão, desmilitariza-lo, mas mantendo sua ordem social baseada no Imperador.

A ilha de Okinawa também se tornou uma base militar dos EUA, considerado para o período da Guerra Fria como um ponto estratégico preciso na geopolítica global ao considerarmos a proximidade do local em relação a URSS.

Parte dos esforços era transformar o Japão em um Estado pacifista, com ênfase na desmilitarização, amplamente explícita na constituição através do artigo 9:

Capítulo II -

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

Nota-se que os princípios democráticos também ficam visíveis na constituição ao explanarem que o “povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra[...]”, embora, na prática, o supremo comandante das forças Aliadas – MacArthur – seja o grande arquiteto da constituição.

Segundo Kijima,

While the US played a decisive role in making Japan’s new constitution, two things must be emphasized. First, there were many New Dealers, or US liberals, among

the people who penned the original draft of Japan's new constitution. In a way the draft aspired to their ideals. Second, when these Americans wrote the draft constitution for Japan, they completely rejected the Japanese government's draft as too conservative, but they referred to the Constitutional Research Association's "Outline for Draft Constitution." (P. 170, 2009)

Algo também corroborado nos escritos de Igarashi(2011): MacArthur teria demonstrado sua insatisfação com a constituição elaborada pelos membros do governo japonês, a nova, embora tivesse sido um golpe duro ao status quo do Japão, teve de ser aceita em prol da proteção do sistema político baseado no Imperador.

Ao mesmo tempo que a citação também confronta a narrativa MacArthuniana ao asseverar que houveram outros intelectuais independentes envolvidos no processo de estabelecimento da nova constituição. Purdy(2018) afirma que MacArthur frequentemente tomava o crédito das ações de sua equipe para si.

O segundo tópico apontado por Kijima, é a integração do Imperador à Pax Americana. É sugerido pelo autor que o governo americano desejava desmilitarizar o Japão, usar o Imperador como um símbolo da união de seu povo e da paz, desde antes do fim do conflito travado, como já apontado anteriormente, uma estratégia milimetricamente calculada para moldar uma política no âmbito da Guerra Fria.

O terceiro ponto, de acordo com Kijima, é o artigo 9 que existia desde uma ideia prévia do governo americano e serviu também de "proteção" ao leste asiático que temia por novas ondas militarizadas do Japão. Partindo dessa premissa o autor pontua que alterações no artigo 9 também deveriam ser consultadas com seus vizinhos.

O artigo é uma renúncia universal – embora em dados momentos ele já teria sido violado durante a Guerra Fria (PURDY, 2018. P.115) – ou seja, o Japão renuncia a toda forma de conflito militar como diplomacia, algo que foi abraçado pela população japonesa como um todo, mudando o papel do Estado japonês perante o mundo: no lugar de se assumir a existência de Estados inimigos o povo japonês prefere a criação de laços regionais para sua proteção.

Como Kijima aponta (2009. P.173), o povo japonês é favorável ao artigo 9 e inclusive luta pela sua manutenção e não alteração, Kijima, defende a ideia de que o povo é quem "cria a paz" garantida na constituição, demonstrando que mesmo que o artigo exista, ele só se mantém devido a pressão popular para sua manutenção.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que esse recorte logo após o fim da Segunda Guerra Mundial é um período conturbado no Japão por diversos motivos, primeiro há um conflito entre as narrativas oficiais, memórias soterradas e a imagem da ocupação criada por MacArthur.

Nota-se que embora a narrativa oficial visa demonstrar que a ocupação teria sido mais amena que o esperado, que os excessos não teriam ocorrido, sabe-se hoje, com os processos revisionistas do período, que houveram manipulação, ocultação

dos dados e uma perseguição a qualquer oposição vinda da imprensa, assim como um silenciamento da memória individual.

Todavia é também necessário demonstrar que o fim do conflito serviu como um alívio para a pressão do Estado militar japonês sobre o civil comum, que o Estado japonês também cometia seus excessos em prol da ordem e da hierarquia do Imperador, ao passo que o controverso período da ocupação também garantiu direitos basilares do ocidente aos japoneses, entre os quais, a igualdade de gênero na constituição (artigo 14 e 24), direito ao voto das mulheres (artigo 15), a divisão dos poderes (inscrito nos capítulos I para os limites do poder imperial e no capítulo IV para a Dieta), a soberania popular (artigo 1) e ainda a proteção aos direitos humanos e do indivíduo (capítulo III), todas características amplamente advindas de influência da constituição ianque (NISHIKAWA, 2009).

Há ainda, entre outras influências, a criação da suprema corte aos moldes norte-americanos – artigo 81 – assim como hierarquia das cortes judiciais no capítulo IV.

Por fim, evidencia-se na seguinte tabela as principais diferenças entre a constituição Meiji e a constituição “MacArthur”:

	Constituição do Império do Japão	Constituição do Japão pós-guerra.
Ano	1898	1946
Soberania	Soberania do Imperador.	Soberania popular. (Artigo 1)
O Imperador	É sagrado e inviolável, chefe maior do Estado imperial.	É um símbolo da paz e da unidade nacional. (Artigo 1)
Poder militar	Sob o comando supremo do Imperador. Recrutamento masculino.	Renuncia à guerra, desmantelamento das forças armadas. (Artigo 9)
Separação dos poderes.	Não há.	Separação dos poderes: criação do cargo de primeiro ministro e a criação de um parlamento bicameral (Capítulo IV e V).
Igualdade de gênero.	Não há direitos femininos ao voto e questões legais como divórcio.	Igualdade de raça e gênero. (Artigo 14)

REFERÊNCIAS

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: Padrões da Cultura Japonesa.** São Paulo: Perspectiva,

1997.

CANBY, Vincent. **Kurosawa's one wonderful Sunday**. 1982. New York Times. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/1982/06/29/movies/kurosawa-s-one-wonderful-sunday.html>>. Último acesso em: 24 de abril 2018.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970)** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

JAPÃO. **A constituição japonesa**. Disponível em meio online: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>

KIJIMA, Akihiko. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution: A Reexamination 60 Years After Its Making**. 2009.

NISHIKAWA, Toshiyuki. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution: A Reexamination 60 Years After Its Making**. 2009.

NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês**. Brasília: Editora UNB, 2007.

PURDY, Sean. **O General Estadista: Douglas MacArthur e o Século Americano**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

